

O GALEÃO SÃO LOURENÇO E AS DISPUTAS NOS MARES: O RELATO DA LONGA JORNADA DE ANTÓNIO FRANCISCO CARDIM ENTRE 1649 E 1650

THE GALEÃO SÃO LOURENÇO AND THE DISPUTES AT THE SEAS: THE NARRATIVE OF A LONG JOURNEY PLAYED BY ANTÓNIO FRANCISCO CARDIM BETWEEN 1649 AND 1650

EDUARDO MARTINS JORGE¹

Resumo: Este artigo busca analisar a missão do padre António Francisco Cardim na viagem do Galeão São Lourenço em 1649. Período de grandes conflitos por terra e mar, a Restauração de Portugal (1640 - 1668) marca de maneira permanente a história política do Império Português e de suas províncias, com as guerras e disputas por independência política contra a Coroa de Castela. Precisamente naquele contexto, o papel do referido padre na viagem que partiu de Lisboa com destino a Goa torna-se relevante para compreender uma parte substancial das ideias e valores em disputa, no complexo mundo do século XVII. Pretende-se identificar as ações concretas de Cardim e a articulação entre suas ideias e o mundo onde estava inserido.

Palavras-chave: Restauração de Portugal, jesuítas, relatos de viagens.

Abstract: *This paper aims to analyze the mission of Antonio Francisco Cardim in the Galeão São Lourenço's travel in 1649. Period of great conflicts by land and sea, the Portugal Restoration (1640 – 1668) marks permanently the political history of the Portuguese Empire and their domains with wars and contests aiming the political independence from Castela's crown. Precisely in that context, the priest António Francisco Cardim plays a crucial role during the travel that has departed from Lisboa to Goa and, at this sense, become a relevant research object to understand a substantial part of the ideas and values contested in the complex world of the XVII century. The intention is to identify the concrete actions of Cardim and the relations of his ideas and that world.*

Keywords: *Portugal Restoration, jesuits, travel narratives.*

Artigo recebido em 30 de janeiro de 2018 e aprovado para publicação em 02 de fevereiro de 2018.

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra e Bacharel em História pela UFRJ (e-mail: eduardo.guarize@gmail.com).

Muitos são os desafios para a produção do trabalho historiográfico. Entre os obstáculos, nos deparamos, inevitavelmente, com questões demasiadamente complexas que desafiam a objetividade científica. Como olhar para o passado e o que nele se busca? Como distanciar o sujeito que mira o passado do objeto documental observado? Talvez, as mais inquietantes questões sejam aquelas que se acercam do domínio da ética, justamente pela subjetividade que nos é imposta. Entre elas, uma parece ser comum e bastante frequente a todo historiador: Por que se deter em um determinado período da história e não em outro? Esta pergunta é um problema central para o ofício do historiador e sua importância se faz presente, na medida em que faz derivar muitas outras questões de extrema relevância historiográfica.

As questões referidas acima não pretendem debater a tipologia da publicação do padre, nem as condições de circulação em si. Dado o alcance de uma pesquisa inicial pretende-se debater, apenas em ocasião posterior, as disputas narrativas que tratavam dos sucessos e fracassos das coroas ibéricas. Não que se trate de matéria pouco importante as discussões conceituais a respeito da dialética impresso-manuscrito, mas por ser alongada e demasiado complexa para o atual estado da pesquisa, optou-se por aprofundá-la mais adiante. Mesmo assim, cumpre ressaltar a importância da pergunta: por que alguns textos foram impressos e outros não? E, aprofundando ainda mais o debate, por que alguns textos só foram publicados em Portugal e outros apenas em Castela, enquanto seus manuscritos circulavam por todos os lados?

Uma análise muito bem organizada e de resultados contundentes foi elaborada, no sentido do debate referido, pelo professor Pablo Antônio Iglesias Magalhães no artigo A “*Relacion de la Vitoria que Alcanzaron las Armas Catolicas en la Baía de Todos Santos*”, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza². O autor aponta como pergunta o porquê de tal impresso ter sido publicado em Castela e silenciado em Portugal, tendo em vista a importância dos quarenta dias de cerco que teve como fim a derrota dos holandeses, em 1638, na Bahia. A utilização do método dialético impresso-manuscrito permitiu ao professor Pablo Magalhães evidenciar o caráter mais oficial do impresso, sendo supostamente mais crível que um manuscrito, para os que viviam naqueles tempos.

Não apenas este artigo, mas outros desse mesmo autor aprofundam o debate a ponto de trazerem à luz as diferentes dimensões que assumiam as disputas narrativas, em seus constantes questionamentos sobre a veracidade dos fatos relatados em manuscritos ou impressos.

2 MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias Magalhães. A *Relacion de la Vitoria que Alcanzaron las Armas Católicas en la Baía de Todos Santos*, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza. Rio de Janeiro: Topoi, v. 12, n. 23, jul-dez 2011, p. 43-65. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00043.pdf>. (Acesso em 03 de março de 2018).

Correlacionando as condições e multiplicidade dos relatos difundidos, tornam-se compreensíveis as mais discrepantes versões acerca dos eventos narrados. Isso possibilitou questionamentos pontuais para a formulação dos debates historiográficos contemporâneos ocupados com os conflitos entre as Coroas Ibéricas, seus projetos de poder e as ideias que davam sentido às dimensões políticas, culturais e religiosas naquele contexto.

Por ora, não se pretende ir tão longe no presente artigo, mas tratar da pessoa e seus motivos, suas ideias e os breves traços deixados biograficamente. O intento é compreender uma noção bastante conflitante que dizia respeito ao sentido de bem comum, a partir do olhar do jesuíta e suas relações mais próximas. Por se tratar de um relato breve, optou-se por limitar a investigação do documento, aos métodos da história intelectual, buscando compreender os conceitos e ideias-chaves encontradas nas justificativas do autor para a formulação de seu relato.

Não será debatida a veracidade do relato, mas sim as motivações, crenças e ações que levaram o padre a dedicar seu empenho à causa da Coroa de Portugal, expondo dessa maneira os conflitos inerentes às visões de União das Coroas de Portugal e Castela de um lado, e de autonomia e Restauração de Portugal do outro. O conceito de *bem comum* assume, assim, um papel central nas disputas referidas, pois apresenta significados distintos, onde cada significado empregado serve a uma causa igualmente distinta, mesmo quando tratam da expansão da fé católica em dimensões universais e da luta contra os hereges.

A aplicação do método tem como suporte o conceito de vida civil de Eugenio Garin que busca identificar, nos escritos dos intelectuais da época moderna, o ponto de articulação entre a função social do personagem histórico e suas ações na vida civil. Tal método possibilita correlacionar diferentes textos que apresentem múltiplas verificações de conceitos, e permite demonstrar certa unicidade em seus significados e compartilhamento de práticas civis.

Tendo em vista o modesto objetivo de apresentar um conceito, a partir de ações práticas levadas à frente por uma interpretação particular de bem comum, pretende-se analisar os textos de Antonio Francisco Cardim e Manuel Severim de Faria, correlacioná-los por correspondências conceituais e, paralelamente, estabelecer a inserção de suas vidas civis no contexto das disputas pela Restauração de Portugal. Para tanto foram utilizados diferentes relatos de viagens, orações fúnebres, notícias e memórias de Portugal e traços biográficos dos personagens citados, além das memórias escritas pelos dois correspondentes indicados na relação de viagem do galeão.

Para seguir a observação dos trágicos eventos que se seguem no relato de Cardim, é imprescindível que sua trajetória seja melhor compreendida. Desse modo, é necessário um breve e

complicado esforço biográfico, para apresentar alguns fragmentos sobre sua vida. As obras encontradas de Cardim não são muitas, nem numerosas são as referências remetidas a ele. Entretanto, para elucidar sua trajetória e estimular reflexões, são documentações suficientes no momento, se combinados com alguns outros documentos próximos de seu tempo. Esta operação segue o intuito de estabelecer a coerência da narrativa, tendo em vista que são modestos os objetivos do artigo e limitadas as suas dimensões.

Nascido em Vianna do Alentejo, em Portugal, por volta de 1596, Francisco Cardim era filho de dona Conceição Andrada e de Jorge Cardim Froes, Desembargador da Casa da Suplicação. Contando com Francisco seus pais tiveram dez filhos, dos quais três ingressaram na Companhia de Jesus. Professando na Companhia de Jesus em 1611, Cardim estudou na Universidade de Évora, e iniciaria suas missões rumo ao Oriente seis ou sete anos mais tarde. Em 1645, estava em Roma como Procurador da Companhia de Jesus, sendo responsável pelas missões no Oriente e estabelecido como Procurador Geral da Província do Japão, sob reconhecimento do Sumo Pontífice Inocêncio X³. Em 1649 partiu de Lisboa com o Galeão São Lourenço para nunca mais regressar.

O esforço do geógrafo Luciano Cordeiro para compor cuidadosamente essa breve parcela da vida do jesuíta é notável, dadas as circunstâncias e obstáculos para sua investigação. Chama a atenção desde a visita às terras onde nasceu Cardim até a cópia de inscrições nas paredes da Igreja de Bom Jesus, onde havia um sumário registro da família. Outro generoso esforço do geógrafo do século XIX resultou na descoberta e compilação das obras que tratam das missões de Francisco Cardim no Oriente, inéditas à época das investigações de suas investigações, em 1894, e que eram o resultado do material destinado à X Sessão do Congresso Internacional de Orientalistas.

O dedicado trabalho de Cordeiro, além de trazer à luz um personagem extremamente importante para a história de Portugal Restaurado, revelam muitos elementos que são profícuos para estimular novas indagações e as mais urgentes reflexões da historiografia contemporânea. A trajetória de Cardim e suas ideias têm o potencial também de preencher algumas lacunas historiográficas dos processos de expansão de Portugal ao longo do século XVII.

O autor do relato de viagem “A Relação da viagem do Galeão São Lourenço e sua perdição nos baixos de Moxincale”⁴, mesmo não sendo historiador de ofício, elege seus critérios com

3 Cordeiro, Luciano. *Batalhas da Companhia de Jesus na sua Gloriosa Província do Japão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

4 A relação de viagem do Galeão São Lourenço, escrita por Antonio Francisco Cardim, está disponível nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal, no endereço eletrônico www.bnportugal.pt. Acesso a partir do *link* Biblioteca Digital no campo de busca por autor = Cardim em <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/106797.html>. Este texto especificamente tem o código PURL 28106. (Acesso em 03 de fevereiro de 2018).

finalidades narrativas específicas. Como Padre Superior da Missão de 1649, com destino a Goa, o jesuíta deveria acompanhar a viagem, atento ao cumprimento de suas funções eclesiásticas e elaborar uma Relação que contasse o andamento da missão. Com suas opções particulares de seleção sobre o que entraria no relato e o que ficaria de fora, o jesuíta, formado na Universidade de Évora, legou um material riquíssimo, que ainda hoje estimula reflexões profícuas no sentido de auxiliar a compreensão do obscurecido século XVII vivido pelos portugueses no ultramar.

Em quinze de abril de 1649, partiu de Lisboa para a Índia, a mando de D. João IV, Rei de Portugal, o Galeão São Lourenço, cuja “boa estreia nos mares e o Galeão novo, estava convidando a toda Lisboa e Reino à presente viagem da Índia, onde concorreu muita infantaria e, com particular vontade a gente marítima”⁵. Não é possível precisar quantas pessoas havia ao todo na viagem, entretanto, segundo Cardim, quando partiram de Lisboa, o Galeão do Bom Sucesso e o São Lourenço contavam com aproximadamente mil e trezentas pessoas.

Sob a assistência do Governador do Estado da Índia Antonio Telles de Menezes, foi o primeiro galeão feito em Goa que conseguiu chegar a Portugal, o que já indica um desenvolvimento ímpar na construção naval de Goa, na medida em que aponta para um feito inédito dos portugueses no ultramar. Outros galeões, como o São João Batista e o Conceição, sequer chegaram à barra de Lisboa para ancorar. Em 1620, o São João Batista foi queimado pelos mouros antes de chegar a Lisboa, e o Conceição, em 1622, depois de pelejar com naus holandesas, bateu na costa e nem mesmo passou do Cabo da Boa Esperança. O Galeão São Lourenço entrou à barra de Lisboa e ancorou em 1645. Transmitia segurança e soava como uma excelente empresa participar de uma jornada como essa, já que muitos poderiam ser os ganhos de negócios e mercês, na Índia ou em outras paragens. Entretanto, a relação de viagem passa a sensação de que não era só a viagem do Galeão que corria sério risco. Sendo muitas as motivações e os grupos de interesses envolvidos, os riscos assumiam uma dimensão maior do que a dúvida entre o êxito ou o fracasso da viagem.

A narrativa da viagem do Galeão São Lourenço trata de eventos passados em 1649, quando já completavam nove anos que D. João de Bragança fora aclamado Rei de Portugal e que os portugueses travavam uma guerra contra a dominação de Castela⁶. Compreender o contexto dos

5 *Idem*, p. 4.

6 Há uma extensa bibliografia que auxilia a compreensão da conjuntura política que abrange a Restauração de Portugal e, para um estudo mais detido e concentrado na temática abordada, alguns trabalhos são dignos de nota: *O discurso político em Portugal (1600-1650)* e *Cultura política no tempo dos Felipes (1580-1640)*, de Diogo Ramada Curto; *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII* e *Poder e oposição política em Portugal no período filipino* de António de Oliveira; *Nova história militar de Portugal* e *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)* de Rui Bebiano; *A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal* de Francisco Rodrigues; *História de Portugal restaurado* de Luis de Meneses e *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração* de Luis Reis

conflitos políticos, nos quais estavam envolvidos os portugueses naqueles tempos, torna-se fundamental não apenas para conferir rigor objetivo à interpretação do relato da viagem, mas também para perceber as ideias e preocupações que disputavam espaço na política da Restauração de Portugal. Nesse sentido, o documento sobre o galeão e a trajetória de Antônio Francisco Cardim ganha bastante importância ao alargar o horizonte restrito dos Estados e apresentar uma dimensão com vastas possibilidades para novas reflexões, aos que queiram se ocupar dos exames sobre as dinâmicas do Império Português daquele tempo.

Grande esforço tem sido empreendido por muitos historiadores contemporâneos no sentido de abandonar ideias simplistas, já cristalizadas ao longo do tempo, que mais produzem preconceitos históricos e deturpações benevolentes do que auxiliam, de fato, na compreensão histórica do período Restaurador, como é o caso do excelente artigo de Carlos Ziller Camenietski, publicado em 2005, a respeito do estranhamento diante do apurado conhecimento científico dos religiosos da Companhia de Jesus⁷.

A crítica ao estranhamento de muitos, em relação ao estudo diligente da astronomia exercido por vários jesuítas, dirige-se à pressuposta oposição reducionista entre religião e a ciência, que seria uma marca indelével do século XVII. O argumento do artigo de Carlos Ziller Camenietski sustenta-se na análise da produção de conhecimento científico de muitos desses jesuítas e da formação intelectual oferecida nos colégios e universidades da Companhia de Jesus.

Os exemplos do missionário jesuíta Matteo Ricci e sua relação com o observatório astronômico construído pela Companhia em Pequim, bem como o famoso curso de astronomia do Colégio de Santo Antão em Lisboa, destinado à formação de pilotos de embarcações e cosmógrafos são indiscutíveis para repensarmos certas simplificações historiográficas. A conclusão de Carlos Ziller nos interessa, não só por estabelecer relação direta com o papel desempenhado por Francisco Cardim, mas também, por projetar luz às competências e saberes dos jesuítas e suas finalidades práticas nas missões da Companhia de Jesus, que tinha como opção fundadora a excelência do trabalho intelectual.

O empenho e o cuidado discursivo, empregados na narrativa da viagem do padre Cardim demonstram a qualidade de sua formação intelectual e ratificam o que já é conhecido sobre a Companhia de Jesus. Além disso, a narrativa estimula o leitor a pensar nos projetos e ações políticas, que dão significado às perspectivas imperiais no século XVII, tanto pela ênfase conferida

Torgal;

7 CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Cientistas e Religiosos. *ComCiência*, Campinas, v.65, 31, maio 2005.

à universalidade das missões em defesa da Restauração de Portugal, como pelos processos de disputas e ocupações territoriais que agitavam os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Ao mesmo tempo em que estimula uma perspectiva mais alargada do processo histórico de expansão lusitana, oferece também muitos elementos para análises da economia, da tecnologia e das ciências, possibilitando uma compreensão mais nítida dos modos de vida onde imperava o domínio português.

Mesmo com a limitação das fontes, pode-se vislumbrar um cenário dinâmico e em constante movimento, que assume formas bem complexas em seu desenvolvimento tecnológico, científico, político, econômico e cultural. Como a História é fonte inesgotável para refletirmos sobre nossas dúvidas e questões urgentes do presente, os estudos dedicados às perspectivas e às formas do Império português⁸ ganham ainda mais fôlego, com as novas demandas de interpretação das disputas que moldavam a geopolítica do século XVII, seja no campo intelectual, seja no campo de batalha.

A viagem iniciada em 15 de abril de 1649 não tem seus motivos concretos revelados com detalhes no relato de Cardim, tampouco ficam explícitas as complexas demandas do padre em suas missões marítimas por Portugal. É notório que os navios precisavam de padres para realizar os ritos católicos, como os terços, as novenas, as confissões e os sacramentos, afinal, a ideia de morrer sem confissões não era bem aceita entre os cristãos daquele tempo. É inegável também que as viagens às possessões portuguesas compunham a ordem do dia como um movimento econômico regular, até aí nenhuma novidade na viagem do São Lourenço. Entretanto, quando o padre começa a expor suas preocupações e os infortúnios da missão, muitos conceitos importantes são revelados no conjunto de suas ideias. Essas são justamente as ideias que interessam no sentido de ir além das conclusões óbvias e de tentar compreender uma dinâmica de mundo bastante complexa.

A primeira queixa do relato dá-se por conta de uma ordem que intrigou Cardim e dizia respeito ao problema de não ter sido permitido aos marinheiros tomar sol na viagem, segundo proibição do próprio piloto. É necessário chamar a atenção para essa queixa, por não se supor que cabia ao padre a responsabilidade de fiscalizar e notificar os mandos ou desmandos que ocorrem a bordo, por parte das autoridades do navio. Não bastando o fato de a primeira reclamação ter

8 A obra *As formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX* organizada por Heloisa Meireles Gesteira, Luis Miguel Carolino e Pedro Marinho é um trabalho de grande relevância para o exame das perspectivas do Império português e corroboram o esforço conjunto de historiadores, em vista de uma renovação historiográfica nas temáticas referentes à época moderna, sobretudo no que diz respeito à história da ciência, como pode ser verificado no capítulo a respeito dos repúblicos, CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “*História e passado da América Portuguesa: escritores, religiosos e repúblicos do Brasil no século XVII e sua fortuna histórica*”.

motivação fundada nas condições desagradáveis, às quais eram submetidos os marinheiros, a constatação da causa do problema é feita sem hesitações. Diz o padre que, “*é a causa da perda de tantas naus, faltarem Pilotos experimentados*”⁹. O galeão sequer havia chegado à Ilha da Madeira e a crítica já era decisiva para o curso da viagem.

Avistaram a Ilha da Madeira e Porto Santo quatro dias após a partida e, no dia 30 do mesmo mês de abril a Ilha de Maio, uma das ilhas de Cabo Verde, onde são relatadas as primeiras adversidades. A minúcia de Cardim mostra mais do que a orientação ética exposta na denúncia ao “piloto não experimentado”, pelo motivo de que não podiam tomar sol os marinheiros. Ao lado de seu comportamento humanista, o padre apresenta também, ao longo de seu relato, conhecimentos técnicos fundamentais para o exercício da navegação, e isso fica evidente desde o valor que confere a certos problemas práticos da viagem, até o domínio da terminologia específica empregada nessas circunstâncias. Assim, não surpreende o fato da segunda queixa ater-se a uma morte e sua possível causa.

No primeiro contratempo, um jovem soldado de Lisboa, que devia contar seus quinze anos, caiu no mar. Mas, o que ao leitor despercebido soa como fatalidade aos olhos de Cardim denunciava a falta de uma prevenção eficaz para um acidente que parecia ser recorrente. Insinuando ser do regimento de S. Majestade, o padre diz que o barril de corda e as boias para salvamento dos que caem ao mar não eram suficientes, sendo raros os que se salvavam. Não se pode supor, a partir disso, tratar-se de uma acusação a D. João IV, mas certamente a crítica à insuficiência dos meios de salvamento aparece, no mínimo, como um apelo àquele que poderia solucionar o problema.

O enredo traçado no relato começa a ganhar outro aspecto quando ocorre uma desastrosa troca de capelão, que consistiu na ida do padre João Cardoso, capelão do São Lourenço, para uma das naus que acompanhava de perto o galeão. Segundo o padre, quisera Deus o capitão-mor não tivesse permitido a troca de embarcações, “*pois dela, pode ser, se originou a nossa perdição.*”¹⁰, referindo-se à futura “perdição” nos Baixos de Moxincale.

Que os sacramentos e outros ritos eram necessários nessas viagens não está em discussão, posto que não é novidade, sendo assim, por que seria um problema grave, digno de nota, a troca do capelão? Se é necessário regular o cumprimento dos ritos cristãos, qual o motivo teria feito Francisco Cardim apontar como uma das possíveis causas da perdição, a troca do capelão João Cardoso para uma outra nau, que estava sem capelão?

9 CARDIM, Antonio Francisco. *Relação de viagem do Galeão São Lourenço*. Lisboa: Domingos Lopes Roza. 1651, p. 7.

10 *Idem*, p. 10.

As questões que emergem com a leitura do texto de Francisco Cardim ilustram um pouco da complexidade da missão. O acesso às ideias do autor é sempre parcial, pelo fato de que suas provas documentais não são mais que fragmentos subjetivos de um dado momento, mas nem por isso seu conjunto resulta em um todo impreciso e incoerente. Ao contrário, é possível perceber, a partir das inferências éticas de Cardim, todos os contornos de um modo de fazer política, no qual se verifica a presença de elementos normativos alinhados ao projeto da Restauração de Portugal.

Quando o padre Cardim invoca a figura de Deus, no momento dos desajustes impostos pela saída do padre João Cardoso do São Lourenço, ele o faz para denunciar atitudes que contradiziam uma lógica política atrelada inevitavelmente ao discurso religioso. Se o que se disputava, naquele 1649, era a legitimidade do Rei D. João IV junto ao Sumo Pontífice – requisito imprescindível para autonomia portuguesa frente ao domínio castelhano –, a fé na cristandade e a devoção recorrente a Deus nos documentos da época aparecem apenas como uma referência frequente e regular, que servia para distinguir os apoiadores de Roma das coroas que romperam com a centralidade do poder papal no período das reformas católicas e protestantes.¹¹

Expressavam-se política e juridicamente dessa maneira. Sendo assim, longe de ser crença ignorante e desqualificada, a religiosidade descrita no discurso é a expressão concreta do alinhamento político, daqueles portugueses, ao poder secular do Papa e à Igreja Católica, e não uma expressão de obediência irracional a Deus, com características proféticas e temerosas diante da salvação. É indiscutível a crença daquelas pessoas em Deus, mas não é disso que trata o relato, nem mesmo este artigo. Interessam, aqui, os problemas práticos e cotidianos da missão empreendida pelo galeão São Lourenço e pelo autor da relação.

A nau para a qual passou o padre João Cardoso, segundo o relator Cardim, “*Era nau um tanto mais veleira, e como se viu nela o Capelão (João Cardoso) com desejo de chegar primeiro a Índia, induziu ao piloto para que se apartasse de nós*”.¹² Não era o castigo de Deus que preocupava Francisco Cardim, nem mesmo a quantidade de sacramentos que deveriam ser cumpridos; eram nitidamente os problemas concretos que o afligiam. Imaginando que Francisco Cardim escreve sua versão final após a dita viagem, suas memórias vivas dos eventos traduzem-se naquilo que o autor sintetiza enquanto problema concreto, tanto pela forma do documento, quanto pela função

11 O livro escrito em 1685 por Luis de Meneses, Conde de Ericeira, intitulado *História de Portugal Restaurado* é relevante para que se tenha uma visão de conjunto dos eventos referidos. Com o apoio de outros textos da época, o exame nos permite uma aproximação histórica, do caráter geopolítico instituído pelas disputas referidas. Trata-se de um texto fundamental para as reflexões dedicadas ao estudo das estruturas eclesásticas em suas disputas internas e externas, sobretudo no que se refere às terminologias religiosas implicadas nos debates e tensões políticas, jurídicas, científicas ou filosóficas.

12 *Op. cit.*, p. 8.

assumida. Percebendo a ênfase de Cardim em problemas humanistas, como a morte do soldado e a insuficiência para salvamento, sua missão no galeão começa a ficar mais nítida e, cada vez mais, afastada das perspectivas que se reduzem às observações litúrgicas e divinas nas formas de atuação dos personagens religiosos daquele tempo.

Não é possível saber com precisão quando o autor escreveu a relação do Galeão São Lourenço, já que sua publicação data de 1651 e os eventos são passados em 1649, mesmo que os fatos relatados estejam minuciosamente datados. Desse modo, só é possível contornar o problema da diferença de quase dois anos entre os eventos e a publicação a partir de suposições. No século XVII, em Portugal, era comum nesses documentos a descrição das datas das licenças para publicação, o que poderia tornar mais compreensível o atraso, já que eram necessárias muitas licenças, em tribunais distintos, para que o texto pudesse vir a público.¹³ Porém, o documento investigado não contém as licenças, ainda que dificulte a análise, não a impede.

De qualquer forma, não é tão trivial o atraso de quase dois anos, mesmo que tenha sido enviado de Goa. É mais provável, pela própria natureza do documento, que se tratava de assunto urgente. Assim, a suposição mais plausível é a de um atraso inesperado, que pode ser interpretado a partir dos obstáculos enfrentados por Cardim até fazer chegar o relato a uma oficina de impressão. Nesse caso, o atraso poderia ter ocorrido por duas hipóteses: ou por retenção do remetente, ou por retenção do assunto. Talvez, ambas sejam verdadeiras. Desse modo, só o decurso da viagem pode fornecer algumas pistas para esclarecer essas dúvidas, ainda que o relato sozinho não as encerre. Por esta razão, outros documentos do período serão investigados, com a pretensão de buscar os vínculos que podem tornar a narrativa da viagem coerente em seu mundo.

A nau do Capelão João Cardoso descumpriu, à certa altura, o regimento de S. Majestade, no qual se declarava que as naus acompanhantes deveriam guarnecer o galeão, sob o comando do capitão-mor do São Lourenço. Isso significava que as naus deveriam ir juntas do galeão, fato que não ocorreu. A denúncia de Francisco Cardim assume, nesse momento, um tom fortemente crítico e objetivo. A respeito da pressa em chegar as Índias, relata:

Esta cobiça que os oficiais das naus tem de chegar primeiro a Índia ou a Lisboa, para venderem melhor suas fazendas, tem sido a causa de muitos e miseráveis naufrágios e grandes perdições. E não terá isto remédio, enquanto não forem ordenadas rigorosas penas a tais oficiais, prendendo-os assim que chegarem ao porto, antes das capitâneas ou

13 Para uma discussão mais aprofundada sobre as licenças, os tribunais e as estruturas eclesiásticas vale examinar o recente e já relevante trabalho de Carlos Ziller Camenietzki *Paraíso proibido: A censura ao paraíso brasileiro, a igreja Portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. Pois é um exemplo desse novo fôlego historiográfico, ocupado em descortinar os eventos e ideias que persistem obscurecidos no século XVII.

*desacompanhando-a por sua culpa. E, ao menos, se lhes deve confiscar todas as fazendas, ainda que mereçam maior castigo.*¹⁴

A nau do capelão desviou-se com tanta pressa que não tiveram mais vistas uns dos outros.

A 20 de maio, passando pela costa do Brasil, Francisco Cardim volta a se remeter à figura de Deus. Mais por um problema de comportamento humano, do que por falta de crença da tripulação, o autor aponta que os pecados no galeão pareciam despertar com a felicidade e os bons ventos da viagem. Sem estabelecer nenhuma relação causal entre o despertar dos pecados e a proximidade da costa brasileira, Cardim relata as trágicas, porém frequentes, ocorrências de latrocínios no navio, de modo a gerar grupos rivais no galeão. Poucos eram os dias em que não havia roubos, facadas e feridas, por exemplo e, com tantos pecados no navio, “*um castigo de Deus não tardaria*”. A preocupação do autor nesse momento do texto não parece ser a salvação dos fiéis do galeão, se eles iriam ou não para o céu; antes disso, ele volta sua atenção ao ânimo e ao comportamento da tripulação, posto que poderiam comprometer drasticamente a missão que lhe cabia.

Além do descontrole dos homens do navio, cumpre ressaltar também as discordâncias de Francisco Cardim com as decisões do piloto do São Lourenço. Como já referido, o conhecimento do jesuíta extrapolava a teologia e suas funções no galeão eram muito maiores, do que a administração dos sacramentos, ainda que o cumprimento dos ritos também se faça valer como algo relevante àquelas pessoas do galeão. Entretanto, o que se quer no presente artigo é escapar ao óbvio das análises sobre o cumprimento das liturgias ministradas por um padre. Assim, passam a importar mais as críticas e decisões de Cardim, que escapam ao estigma ordinário dos padres portugueses daquele tempo, os quais teriam como único propósito a expansão da fé cristã nas colônias.

Para o autor do relato, o piloto ia muito avante e a alteração das gáveas do galeão São Lourenço fez com que perdessem a boa ocasião de escapar dos ventos contrários, que impediam o curso normal da embarcação. Desse equívoco técnico do piloto resultou a perda de oportunidade de passar de um cabo nas proximidades de Abrolhos, deixando estagnado o galeão, mesmo quando surgiu o vento desejado: “*perdemos a boa ocasião, e todo mês de Julho, que nos foi contrário, estando quase à vista do cabo, sem podermos passar.*”¹⁵

A julgar pela formação pedagógica das Universidades de Coimbra, Évora e do Colégio de Santo Antão é possível supor, com auxílio do relato, que Cardim dominava diversas disciplinas, como astronomia, filosofia, teologia, além do conhecimento tácito dos ventos e da geografia dos

14 *Op. cit.*, p. 11.

15 *Op. cit.*, p. 12.

lugares citados. As críticas em relação à movimentação irregular dos navios, o flagrante cuidado com as condições da tripulação e as denúncias diretas sobre a inexperiência do piloto são apenas frações do conjunto de conhecimentos de Cardim e podem ser verificados facilmente em outras obras suas¹⁶.

O domínio do padre sobre o regimento marítimo de S. Majestade, associado ao recorrente descumprimento por parte dos oficiais, aponta não somente para uma suposta fonte do conhecimento de Cardim, mas também para uma possível justificativa de sua presença no galeão. Chamam a atenção, nessa altura da viagem, os caminhos escolhidos pelos pilotos como exemplos de descumprimento do regimento, a partir dos quais, novamente, Francisco Cardim denuncia a cobiça dos oficiais.

Segundo o regimento que os capitães-mores deveriam seguir, a viagem deveria ser executada sempre por fora da Ilha de São Lourenço para evitar as invernadas de agosto, que, ordinariamente, faziam alguns oficiais em Moçambique. As invernadas eram paradas oportunistas das embarcações, no inverno, para venda das fazendas e de ouro, que dali levavam para a Índia, mas que resultavam em total ruína da infantaria, seja pela fome e sede que passavam na ilha, seja por conflitos com os moradores locais. Esse desvio era outro problema crucial, na visão do jesuíta, para os insucessos de muitas viagens, não somente por atrasar a missão, mas, sobretudo, pelos prejuízos humanos sofridos durante a viagem.

Não seguindo o regimento, o galeão e algumas outras naus que ainda o acompanhavam e foram por dentro da Ilha de São Lourenço com a alegação de que a invernada era necessária, devido à falta de mantimentos e provisões, e pela força daqueles mares, que, no mês de agosto, tornava mais perigosa a viagem por dentro da Ilha de São Lourenço.

Em 24 de agosto, tendo amanhecido com a vista da Ilha de São Lourenço e acompanhados de ventos bonançosos, Cardim demonstra que suas críticas não eram infundadas e nem inúteis suas denúncias:

A altura dos 16 graus nos decompôs um vento Nordeste, por um espaço de vinte quatro horas que nos enfadou: Fez-se o piloto em uma e outra volta, mas por se desviar dos Baixos de João da Nova, se meteu mais em terra firme, de sorte que quando ao primeiro de Setembro nos entrou o vento de Monção, devendo governar a Lesnordeste, para se afastar dos Baixos de Moxincalle, governou a Nordeste quarta de Norte, fazendo com esta derrota o caminho do Norte quarta de Nordeste pela variação de agulha e a corrente das águas que, sendo tão grande, na noite de nossa perdição tomou o Galeão duas vezes de luva vindo com o vento em popa, que se viera o Galeão aberto (por fora da Ilha de São

16 Boa parte da obra de Antônio Francisco Cardim está disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, entretanto, por limitações evidentes, apenas algumas foram utilizadas como suporte para o presente artigo. Foram examinados os textos da *Gloriosa morte dos quatro embaixadores (1640)*, *As notícias da Província do Japão (1650)*, *O elogio aos mortos (1650)* e, obviamente, *Relação de viagem (1651)*.

*Lourenço), tomariam vento todas as velas e não fomos dar nos Baixos de Moxincale.*¹⁷

A tragédia já ia se tornando um fato antes mesmo da perdição, tanto pela experiência que tinha o padre superior nesse tipo de viagens, quanto pela observação do ânimo dos oficiais. Aconteceu que o galeão bateu nos Baixos de Moxincale com muita força, sendo inacreditável que, a um navio tão vigoroso perdesse com tanta facilidade o leme. Assustava, mesmo ao tão grande galeão, tamanha violência do mar. *“Despedi-me de meus companheiros, abraçando-nos todos depois da confissão, parecendo-nos aquela, a última hora de nossas vidas.”*¹⁸

O galeão ficou preso nos Baixos de Moxincale, enquanto um barco menor, carregado de soldados, desceu e rumou até a praia para reconhecimento da área. Descobriram que estavam mesmo naquela região, próxima a Moçambique, fato que até então contrariava as convicções do piloto, que insistia em dizer que estavam nos Baixos de João da Nova.

Dada a ressaca do mar, o pequeno barco de salvamento ao qual chamavam batel não conseguia regressar ao galeão encalhado para ajudar os que permaneciam na embarcação, que levaram mais de três dias para desembarcar em terra firme também por meio de jangadas. Porém, não se esquivaram das fatais vítimas do mar.

O naufrágio só não foi mais trágico devido à robustez do galeão, que, mesmo com tamanha violência do desastre, não se partiu, evitando mais vítimas fatais. Entretanto, a tragédia não fez com que o padre acusasse Deus, ou praguejasse sobre a inundação de pecados confessados na viagem. Ao contrário, o relato apresenta novamente uma denúncia aos oficiais que preferiram levar as quantias em dinheiro que estavam no galeão antes de alguns homens que ainda aguardavam auxílio do batel para chegar em terra firme.

Soube também o padre Cardim que os oficiais rasgaram as sacas de dinheiro, que traziam a inscrição de sua procedência, e as queimaram, pois constituíam as evidências do saque. A narrativa que trata dos obstáculos para chegar até Moçambique é uma sucessão de mortes por afogamento, durante a travessia das vazantes dos rios, ou por doença. Uma passagem do texto de Cardim evidencia que o desespero tomou conta dos que testemunharam o naufrágio e revela problemas mais graves enfrentados pelas missões nas possessões distantes do Reino de Portugal:

Grandes desordens se viram nesse marchar, por falta do acordo que nestas ocasiões não deixa o pensamento livre para escolher o melhor, como por desobediências da gente que nele ia; por pouco acostumadas a obedecer, nenhum tratava do bem comum, sendo que nisso estava o bem de cada um em particular, mas era bradar em deserto falar nessas

17 *Op. cit.*, p. 16.

18 *Op. cit.*, p. 17.

A ideia de *bem comum* projetada na interpretação de Francisco Cardim associa-se de imediato à missão do galeão e às causas dos portugueses. Seja pelo vínculo de certos membros da Companhia de Jesus com o projeto de Restauração de Portugal, seja pela ética inscrita na doutrina de sua formação intelectual, as reclamações de Cardim acabam deflagrando, parcialmente, seus motivos e opções políticas, em contraste ao ânimo de livre iniciativa, daqueles que optavam pelos ganhos particulares em detrimento das causas comuns.

O grupo que ficou próximo a Cardim foi um dos últimos a chegar em terra firme. Um dia antes, fora enviado um guia local, com um oficial e dois marinheiros, para que pudessem comprar mantimentos e conseguir ajuda em Moçambique. Aqueles que ficaram para trás, na saída do galeão, depararam-se com grandes dificuldades para conseguir provisões: os moradores locais, por entenderem da necessidade urgente dos naufragados de conseguir o que comer, aumentaram sobremaneira o preço depois da passagem dos primeiros grupos de naufragados, fazendo com que os últimos tivessem de despender um altíssimo valor para conseguir o básico. Depois de longas caminhadas e altos gastos para acomodar os feridos, pagar a travessia dos rios e negociar transportes, o maior alívio do grupo de Cardim foi o abrigo oferecido por um xeque local, acalentado com milho cozido.

Apenas no dia 13 do mês de setembro teve alívio a dramática narrativa do padre, lembrando que partiram de Lisboa em abril e o destino era a Índia. Depois de testemunhar muitas mortes e sem poder caminhar por ter os pés queimados pelo sol, Francisco Cardim e seus companheiros foram amparados pelo Padre Reitor do Colégio de Moçambique, e, com seu apoio, conseguiram finalmente chegar a Moçambique na manhã do dia 15 de setembro. Ao que parece, o padre João Cardoso só chegou a Moçambique no dia 24 de setembro.

O lugar apresentava perigos imprevisíveis, que variavam desde o convívio incômodo com ursos, tigres e elefantes, até a possibilidade de sequestro de João Cardoso, que supunham ter sido preso por um grupo de mouros, por ordem de um líder local, para ser vendido. Não é possível saber se o testemunho dos fatos relatados por Cardim veio do próprio João Cardoso ou se veio dos portugueses que chegaram em salvamento do padre sequestrado. Contudo, é fato que as minúcias dos perigos e obstáculos narrados por Francisco Cardim dão significado aos complexos e dificultosos processos, em vias de formação e organização dos vastos domínios dos portugueses.

19 *Op. cit.*, p. 22.

Nesse momento, é necessário aprofundar mais na investigação do documento, para uma melhor compreensão dos vínculos pessoais mais próximos ao padre Cardim. Assim, não se pode deixar de questionar a quem o jesuíta se reportava, quando escreveu a Relação. Aparentemente, julgando pela primeira página do documento, o destinatário primeiro era Manoel Severim de Faria, de quem não temos muitas informações biográficas, mas é imprescindível aproximar suas ideias à trajetória de Cardim.

Em uma obra de grande esforço, Manoel Severim de Faria dedica a D. João IV o que ele chama de *Notícias de Portugal*, publicado em 1654, na cidade de Lisboa, três anos depois do relato enviado por Cardim em 1651. Entre os assuntos importantes do trabalho de quase quatrocentas páginas, os problemas das missões marítimas e perda das naus são abordados como sendo extremamente relevantes. Não é surpresa nenhuma verificar que seus termos nos remetem diretamente às ideias de Francisco Cardim.

Dos discursos que elege para composição de sua obra, Manoel de Faria destaca como primeiro motivo a importância do “*aumento de povoação deste Reino, porque sendo a multidão de gente o fundamento de todos os Estados, em Portugal isto é muito mais necessário, pois tem mais conquistas que nenhum outro Reino da Europa*”²⁰. A perspectiva de Faria acaba por engendrar toda a interpretação historiográfica que nos remete às dimensões do Império de Portugal. Sua expectativa e propósito são declarados, tão logo o texto é apresentado, e expõe as grandes comodidades que Portugal tinha para “*crescer em gente, indústria, comércio, riquezas e forças militares por mar e terra*”²¹. Não era uma ideia incomum ou estranha aos portugueses daqueles tempos.

A abordagem do assunto referente ao problema das naus, tomado como o mais importante da obra, demonstra seu alinhamento às ideias de Cardim. A aproximação do pensamento de Faria à noção que o padre fazia de *bem comum* fica mais nítida com as justificativas que descreve em defesa do *bem público*, quando afirma:

*O discurso sobre evitar a grandeza das naus da Índia, pode ser que se tenha pelo mais importante, pois por esta causa padece Portugal, quase todos os anos, tão grandes perdas de gente, fazendas e embarcações e do principal cabedal deste Reino. Tendo a demasiada grandeza das naus contra si, tantos exemplos e provisões Reais e o juízo dos mais desinteressados homens que nelas navegaram.*²²

O mesmo juízo desinteressado dos homens, de que fala Manoel Severim de Faria,

20 FARIA, Manoel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1654, p. 12.

21 *Idem*, p. 5.

22 *Idem*, p. 13.

compreende as denúncias de Cardim sobre a cobiça daqueles que ignoravam o bem comum. Assim, dadas as circunstâncias e as ideias dos correspondentes, não seria nada simples ou trivial estabelecer as estruturas sociais fora do reino e desenvolvê-las se os domínios fossem apenas entrepostos comerciais que deveriam abastecer o reino de Portugal. Afinal, se aceitamos essa hipótese, ficaríamos sem resposta à questão: por que Moçambique interessava aos portugueses?

De acordo com o relato de Cardim,

É Moçambique uma pequena ilha e muito doentia. Terá de largura, a parte, um tiro de arcabuz e de comprimento um quarto de légua: temos nela uma formosa fortaleza com trezentos homens pagos, fora os casados portugueses que são oitenta. Não cria a ilha coisa nenhuma, nem há nela água, senão de cisternas que se tomam da chuva²³

Está claro que havia, ao menos, um colégio, uma fortaleza e uma igreja na Moçambique dos portugueses do século XVII. Cumpre notar que o autor refere-se apenas à Ilha de Moçambique, cidade insular situada na província de Nampula. Dados os infortúnios do relato e as características improdutivas daquela Moçambique narrada, qual seria o sentido de arcar com as volumosas expensas investidas em um local que, de retorno, só reportava desgraças?

Compreendendo as motivações e preocupações de Francisco Cardim a partir de suas críticas e denúncias, é possível concluir que não era apenas dinheiro que estava sendo aportado com a missão do galeão São Lourenço: era gente. Eram professores, matemáticos, astrólogos, letrados, capitães, soldados, teólogos, construtores, carpinteiros, nobres militares, marinheiros, entre outros que, mesmo fora do Reino de Portugal, tentavam vincular seus modos de vida e ideias nas possessões do ultramar aos costumes praticados pelos portugueses da Europa.

O projeto português toma corpo no relato quando Cardim diz que o galeão foi o primeiro navio feito em Goa que chegou a *salvamento* de Portugal. Educando muitos desses cosmógrafos, matemáticos, astrônomos, construtores de galeões, entre outros, os jesuítas cumpriram um papel de primazia no desenvolvimento técnico-científico da época moderna. O desenvolvimento da construção naval assumia, no século XVII, um protagonismo sem par nas disputas geopolíticas de um mundo recém-integrado, no qual as guerras se dilatavam a todos os oceanos possíveis naqueles tempos.

Fica evidente, com a comparação dos domínios portugueses na América, na África e na Ásia, que os modelos de ocupação e organização do espaço territorial indicam tentativas de seguir o mesmo padrão de desenvolvimento experimentado em Portugal, quer seja no comércio, na produção, na religião, na educação ou na ciência. E, nesse sentido, uma luta não poderia sair

23 *Op. cit.*, p. 26.

derrotada: a Restauração de Portugal.

Assumindo como perspectiva de análise a dimensão imperial de Portugal, que tocava a Europa, a Ásia, a África e o Novo Mundo, pode-se concluir que não era um processo trivial a viagem do galeão, tão pouco era simples a missão de Francisco Cardim. Ainda mais, se consideramos na investigação a conjuntura política de Portugal Restaurado, no conturbado ano de 1649.

Ano da morte de D. Duarte de Bragança, irmão do Rei D. João IV, 1649 ficou muito marcado para os portugueses daquele tempo. A morte do irmão do Rei significava que as possibilidades de sucessão diminuía e que a pressão sobre a coroa portuguesa aumentava. Dois anos após uma tentativa de assassinio a D. João IV, os restauradores recebiam com indignação a notícia da morte de D. Duarte, oito anos depois de ter sido preso, quando assumia o cargo de comandante de um pelotão do exército austríaco. A prisão do irmão de D. João, em 1641, ocorrera assim que o governo da Áustria soube da aclamação do Duque de Bragança como novo Rei de Portugal.

Segundo o Conde de Ericeira, que escreveu a *História de Portugal Restaurado* e foi testemunha ocular de muitos desses eventos, a prisão foi executada por manobras políticas castelhanas, que pressionavam o governo austríaco. As embaixadas enviadas para evitar a prisão de D. Duarte não tiveram êxito e alguns ministros de Castela conseguiram retirá-lo da Áustria e levá-lo a Milão, onde teriam mais autonomia nos tratos com o irmão do Rei. Morreria no cárcere oito anos após ter sido preso e sua morte seria objeto de muitas exéquias, sermões e indignações publicados em todos os cantos do Império de Portugal.²⁴

Como Teodósio, filho primogênito de D. João de Bragança, ainda era jovem demais para governar, o projeto de Restauração Portuguesa enfrentava um dramático período de incertezas em relação ao seu futuro. Pretende-se, aqui, apenas dar relevo ao momento delicado em que vivia o projeto restaurador, no ano de 1649. A proteção deveria ser redobrada, todo apoio seria imprescindível, de modo que parte do *salvamento* da Restauração dependia da missão do galeão São Lourenço.

Em 14 de outubro chegam a Moçambique dois homens do galeão Almirante Nossa Senhora

24 Muitos escritos importantes sobre a morte do infante D. Duarte são facilmente encontrados na Biblioteca Nacional de Portugal e alguns merecem destaque, a exemplo do texto de Manoel Coelho de Carvalho intitulado *Prisão injusta, morte fulminada e testamento do infante D. Duarte* e a *Cancion a la prision e muerte del sereníssimo Infante D. Duarte*, ambos escritos em 1649. Disponível também na Biblioteca Nacional de Portugal no endereço eletrônico www.bnportugal.pt e podendo ser acessado através do *link* Biblioteca Digital no campo busca por autor = Carvalho, Manoel Coelho de (1640) <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/154044.html>. (Acesso em 03 de fevereiro de 2018).

do Bom Sucesso, que também havia naufragado. Afogaram-se trezentas pessoas e no decurso da viagem morreram mais noventa e cinco. Quinze tinham sobrevivido até o momento do relato. Vale lembrar que, quando partiram de Lisboa, o Bom Sucesso e o São Lourenço contavam com aproximadamente mil e trezentas pessoas, apenas duzentas partiram de Moçambique para Goa depois da invernada, no dia 10 de abril de 1650.

A conclusão do Padre Francisco Cardim é fundamental para entendermos sua inserção nos espaços políticos de Portugal. Como causas do naufrágio, aponta três principais: a primeira, os pecados e desaforos cometidos nas viagens, dentre os já citados roubos, latrocínios e, inclusive, saques das importâncias do galeão, por parte dos oficiais, sendo essas riquezas divididas, no âmbito privado e, além do fato de que os oficiais solicitavam auxílio e provisões de Goa usando o naufrágio como escusa; a segunda, a desunião dos oficiais de uma e outra nau, exigindo que o piloto almirante se apartasse em vingança; a terceira, a não observância do regimento de S. Majestade, que mandava ir por fora da Ilha de São Lourenço, mas, como os pilotos não eram formados nessa carreira, temiam os muitos baixos que havia por fora.

Chegando em Goa, prenderam e mandaram enforcar o mestre do galeão São Lourenço e condenaram o piloto a dez anos nas galés em Portugal. A condenação aparece no relato como algo comum a esse tipo de comportamento dos oficiais, a saber, o fato de aproveitarem-se dos naufrágios e perdições para saquear os próprios galeões, cujas riquezas e outras importâncias eram aportados pela Coroa Portuguesa nas missões de salvamento da Restauração e crescimento de Portugal, nos termos anteriormente referidos pelos correspondentes; o comportamento é designado por Cardim como tirania dos oficiais.

Não eram apenas os saques em si que conferiam sentido à condenação da tirania, pois, se vinculados à ideia de Cardim sobre o *bem comum*, a designação de tirania, naquele contexto, recaía aos oficiais que se apropriavam indevidamente deste bem destinado às missões que partiam em auxílio do projeto de Restauração de Portugal.

Expor às missões aos riscos da usurpação do bem comum era deixar em risco algo maior do que as pessoas e quantias materiais depositadas no galeão São Lourenço: arriscavam principalmente o imprescindível fortalecimento de Portugal e seus domínios nas guerras contra a monarquia católica de Felipe IV; negligenciavam o reconhecimento necessário do Sumo Pontífice, do qual, se não dependiam plenamente, ao menos esperavam um aval, no sentido de concretizar a autonomia portuguesa; e, por fim, prejudicavam substancialmente todo o projeto político Restaurador. Tendo tudo isso em mente, conclui com uma passagem emblemática:

*Se houvera castigos exemplares mais antigos, se escusariam tantos naufrágios de naus, tantas perdas de fazendas e, o que mais se pode sentir, tantas vidas de portugueses que pereceram nesta navegação da Índia, por causa da ambição e cobiça dos que governam as Naus. Laus Deo.*²⁵

Seguindo essa linha de raciocínio, a defesa declarada do bem comum elaborada pelo padre e as denúncias dos ganhos por saques e das tiranias praticadas formam o vínculo que dá sentido à função do jesuíta, pois revela, como preocupação primeira, a atuação incansável na organização da política portuguesa que se dilatava da Europa ao Oriente. Esperando o êxito das missões e embaixadas, nos espaços políticos e jurisdições que lhe cabiam, seus cargos não desmentem a importância de sua atuação política na Procuradoria da Província do Japão instituída pelo Papa em 1645, no Tribunal da Relação de Goa, como Padre Superior das missões e, também, nas diversas relações de embaixadas, viagens e assuntos políticos publicadas em Lisboa, Roma e outros lugares cabíveis, assumindo a defesa do *bem comum* como um pressuposto de ação política.

Portanto, em virtude da complexidade dos processos, não se deve deixar de legado à história das expansões lusitanas do século XVII, as explicações reducionistas que teimam em minimizar o papel dos portugueses nas novas possessões ultramarinas, simplificando frequentemente seus feitos e ações políticas a uma grosseira lógica mercantilista, na qual há subordinação plena das colônias à metrópole europeia, ou a uma óbvia e superficial expansão da fé de Cristo.

Mais do que denunciar a cobiça dos ganhos particulares em detrimento do bem comum, padre Cardim justificava, em retórica estudada com diligência, os problemas dos atos de tirania contra este bem comum. Apresentava a tirania, a rapinagem, o absoluto desprezo à causa comum e a falta de qualificação nas carreiras de liderança como causas principais das tragédias, ao mesmo tempo em que denunciava uma maior preocupação nas graves consequências enfrentadas frequentemente, como a perda de pessoas, as violências e os atrasos que comprometiam as lutas pela Restauração e as missões do império português.

Em momentos de flagrantes ataques de governos ilegítimos aos direitos das gentes, à soberania dos povos e ao bem comum, frequentemente executados com a tirania própria ao autoritarismo de usurpadores, nenhum relato como o de Antonio Francisco Cardim será inútil. Afinal, o debate historiográfico proposto ocupa-se com preocupações e urgências do tempo presente, para melhor compreender o passado em sua limitada extensão material possível. Busca compreender os conceitos e as disputas entre as ideias fundamentais na formação e organização dos povos na história e, assim, compõe sua reflexão a partir das urgências de seu mundo.

25 *Op. cit.*, p. 42.

Na medida em que as instituições e as leis fundadas pelos portugueses dos tempos idos revelam suas reminiscências em todo mundo lusófono até hoje, conceitos como bem comum, serviço público e república, disputados historicamente, emergem como elementos interessantes para a compreensão e o debate a respeito da formação dos Estados modernos e seus contornos contemporâneos.

E nessa disputa, que não se encerra na narrativa histórica, mas se reflete nos recentes e sistemáticos ataques às ciências humanas, por serem as formadoras de cidadãos críticos capazes de compreender e intervir nos problemas mais urgentes das sociedades contemporâneas, nunca é demasiado repetir que, enquanto houver menosprezo ao povo, a História não será prescindível.

Referências

Livros

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O paraíso proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja Portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller e CAROLINO, Luis Miguel (Org.). *Jesuítas, ensino e ciência (séculos XVI-XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, astrologia e sociedade. A teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2003.

CAROLINO, Luis Miguel; GESTEIRA, Heloisa Meireles e MARINHO, Pedro (Org.). *As formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

COSTA, Diogo Does. *A Guerra de Restauração*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

OLIVEIRA, António de. *movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História econômica e Social, 2002.

_____. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino*. Lisboa: Difel, 1991.

ORTIZ, Antonio Dominguez. *Politica y hacienda de Felipe IV*. Madrid: Editorial de Derecho Financero, 1960.

_____. *Crisis y decadencia en la España de los Austrias*. Madrid: Ariel 1969.

_____. *El Antiguo Régimen: Los Reyes Católicos y Los Austrias*. Tomo III, História de España. Madrid: Alianza, 1973.

Obras anteriores a 1900

CARDIM, Antonio Francisco. *Relação da viagem do galeão São Lourenço e sua perdição nos Baixos de Moxincal em 3 de Setembro de 1649*. Lisboa: Domingos Lopes Roza, 1651.

CORDEIRO, Luciano. *Batalhas da Companhia de Jesus na sua gloriosa Província do Japão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

FARIA, Manoel Severim de. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.

MENESES, Luis de; o Conde de Ericeira. *A História de Portugal Restaurado*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galvão, 1710.

Capítulos de livros

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “*História e passado da América Portuguesa: escritores, religiosos e repúblicos do Brasil no século XVII e sua fortuna histórica*”. In. *As formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Org: Gesteira, Heloisa Meireles et al. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Artigos

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Cientistas e religiosos*. Campinas: ComCiência, v.65, 31, maio, 2005.

CAROLINO, Luís Miguel. “*Philosophical teaching and mathematical arguments: Jesuit philosophers versus Jesuit mathematicians on the controversy of comets in Portugal (1577-1650)*”, *History of Universities*, Oxford: Oxford University Press, 16: 2, pp. 65-95, 2000.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias Magalhães. *A Relacion de la Vitoria que alcanzaron las armas católicas en la Baía de Todos Santos*, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza. Rio de Janeiro: Topoi, v. 12, n. 23, jul-dez 2011, p. 43-65. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00043.pdf>. (Acesso em 03 de março de 2018).